

Organização das enfermeiras em entidades de classe no Brasil e no Peru: uma perspectiva histórica

Maritza Consuelo Ortiz Sanchez
Maria da Luz Barbosa Gomes
Suely de Souza Baptista

Resumo

Este é um estudo qualitativo de cunho histórico-social que tem como objetivo caracterizar comparativamente as entidades de classe da enfermagem brasileira e peruana. A coleta dos dados foi realizada através de levantamento de documentos escritos e entrevistas na perspectiva da História Oral, o que possibilitou a criação de fontes documentais. Para analisar e discutir os dados, utilizamos trabalhos de pesquisadoras brasileiras que estudaram a temática, dentre elas Silva (1989), Melo (1986), Almeida (1986), Baptista (1997), Gomes (1999). Os achados mostram que, apesar de realidades peculiares a cada país em estudo, eles têm elementos comuns, que se refletem no trabalho da enfermagem e, principalmente, nos desafios que essa categoria profissional vem enfrentando na construção de sua história.

Palavras-chave: História da enfermagem - Organizações de normalização profissional - Estudo comparativo - Brasil / Peru

Considerações iniciais

Este estudo, registrado no Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras)¹, se insere na linha de pesquisa "A enfermagem e os Movimentos Sociais", a qual vem sendo desenvolvida pelos membros do grupo de pesquisa "As entidades de classe na dinâmica social e política", e tem como objetivo: caracterizar comparativamente as entidades de classe da enfermagem brasileira e peruana, o que nos permitirá conhecer as formas de organização dessa categoria em ambos os países.

Nas sociedades capitalistas, a estrutura social é determinada pela divisão social do trabalho, que estratifica os grupos sociais, em função de sua relação com a propriedade dos meios de produção e com as funções que realizam no meio produtivo. Deste modo, a produção dos homens constitui a base da ordem social, que se caracteriza pelo processo de trabalho, no

qual o homem transforma a natureza, objetivando atender necessidades sociais.

Os trabalhadores em geral e, no caso, os enfermeiros, em seu fazer profissional, sofrem influência do processo econômico e social e dos desafios situados no âmbito do desenvolvimento científico-tecnológico, das relações de poder entre grupos e classes e dos interesses específicos do grupo socialmente dominante.

Um primeiro ponto a assinalar nessa reflexão é que a enfermagem é uma profissão inserida no âmbito da área da saúde, e que mantém vínculos dialéticos com a sociedade em que opera. Desse modo, sua prática é historicamente determinada, da mesma forma que ocorre em outras profissões, instituições grupos e classe.

Na área da saúde, as diversas profissões têm recebido valorizações sociais diferentes, em função da sua inserção no processo produtivo de prestação de cuidados aos clientes. Neste caso, os critérios

avaliativos parecem vinculados fundamentalmente à necessidade de conservação, reparação e reprodução da força do trabalho.

Tanto no Brasil como no Peru, a divisão técnica do trabalho é operacionalizada em várias categorias. No Brasil, temos enfermeiros, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem². No Peru, a divisão do trabalho se faz por quatro categorias: enfermeiros, técnicos auxiliares de enfermagem e artesãos³. Tanto no Brasil como no Peru, o quantitativo de enfermeiros é menor que as demais categorias e a utilização do pessoal destituído de formação e preparo é uma realidade. Parece evidente que essa estratégia administrativa resulta em benefícios para os administradores do sistema, pois constitui mão de obra barata; por isso, é o segmento mais utilizado no mercado de trabalho.

Nesta pesquisa, é nosso propósito obter subsídios acerca do processo de organização das entidades de classe brasileira e peruana, com o intuito de apresentarmos elementos de análise que venham a nos auxiliar na reflexão crítica acerca do movimento histórico dessas entidades profissionais.

Abordagem teórico-metodológica

Trata-se de um estudo comparado de cunho histórico-social que se orienta segundo a abordagem qualitativa de pesquisa, em função de seu potencial para incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos fatos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (Minayo, 1994, p. 21-22).

Neste sentido, utilizamos a abordagem dialética para orientar a busca de uma relação dinâmica entre passado/presente, situando o objeto da investigação no espectro da realidade sócio-cultural e ideológica e partindo do pressuposto de que toda situação social pode ser superada, transformada, para transcender a configuração presente.

Segundo Bereday (1972, p. 33), a pesquisa comparada consiste em: "compreender os outros e

compreender-nos a nós mesmos; é, ter em mãos os dois ingredientes da comparação. Só se pode adquirir a disposição comparativa, que é uma forma intelectual, ao mesmo tempo, mais ampla e mais metódica, com o trato constante de duas ou mais culturas ao mesmo tempo".

Portanto, este trabalho descreve, explica e realiza a justaposição, o que demandou determinar os critérios de comparação para estabelecer semelhanças e diferenças entre as referidas nas entidades de classe dos dois países (Franco, 1992, p. 14-15).

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos, no Brasil, por 10 (dez) enfermeiras e, no Peru, por 10 (dez) enfermeiras, que participaram de diversos momentos da trajetória das organizações representativas da categoria.

A coleta dos dados foi realizada através do levantamento de fontes documentais e realização de entrevistas na perspectiva da História Oral, orientadas por um roteiro elaborado especialmente para a investigação (Alberti, 1990, p. 47). A História Oral possibilitou a criação de novas fontes de pesquisa.

Utilizamos também, como fontes primárias, documentos (leis, decretos, regulamentos e projetos de lei), bem como jornais de grande circulação. As fontes secundárias foram livros, artigos e teses sobre a História do Brasil e do Peru, a História da Enfermagem desses países e Anais dos Congressos Brasileiros da Enfermagem.

Para analisar e discutir os dados, utilizamos trabalhos de pesquisadoras brasileiras que estudaram a temática a partir de meados da década de 80, dentre elas Graciete Silva, Cristina Melo, Maria Cecília Puntel de Almeida, Suely Baptista, Maria da Luz Gomes.

Entidades organizativas da enfermagem

Ao longo de sua história, os enfermeiros, enquanto categoria organizada, constituíram suas entidades representativas, de acordo com objetivos inerentes ao desenvolvimento técnico-científico e cultural; ao acompanhamento do exercício profissional e à defesa de seus direitos enquanto trabalhadores.

- Caso Brasil

O início do movimento associativo dos enfermeiros data da década de 20, época em que foi fundada a sua primeira entidade representativa. A iniciativa teve lugar, em 1925, após a formatura da primeira turma da então Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública⁴, quando as recém-formadas buscaram organizar-se por meio de uma associação de ex-alunas. Posteriormente, em 1923, essa se transformou em Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, hoje Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn).

De acordo com os dispositivos estatutários, tratava-se de um órgão de natureza científica e cultural. Porém, por muitos anos, a ABEn exerceu a liderança dos enfermeiros no país e preparou o arcabouço jurídico do ensino e da prática da enfermagem, tendo assumido igualmente o papel de defensora dos interesses da categoria, até a criação dos primeiros sindicatos dos enfermeiros no Brasil, no final da década de 70 (Gomes, 1999, p. 35).

Vale ressaltar que uma das primeiras preocupações das enfermeiras na ABEn foi a criação de uma revista, como órgão oficial da associação e veículo de divulgação científico-cultural da enfermagem. O primeiro número da revista data de 1932⁵, mas é significativo registrar que a Revista Brasileira de Enfermagem, até os dias atuais, é considerada como o principal veículo de divulgação da enfermagem nacional.

Dentre suas inúmeras realizações, a ABEn promove anualmente, desde 1947, o Congresso Brasileiro de Enfermagem, o qual se constitui em um dos mais importantes fóruns de intercâmbio de saber e de idéias acerca da enfermagem brasileira.

Convém ressaltar que a ABEn foi a principal facilitadora da criação das demais entidades de classe dos enfermeiros brasileiros. Os depoimentos a seguir reforçam esta colocação:

“foi sempre através da Associação Brasileira de Enfermagem (...) porque, historicamente, ela foi a primeira entidade a congregar enfermeiros e foi por iniciativa da ABEn que nasceram os Sindicatos, que nasceram os Conselhos” (Dep. 1 Brasil).

“A ABEn sempre foi uma Associação que liderou a categoria” (Dep. 3 Brasil).

Os primeiros movimentos de enfermeiros, orientados no sentido da formação de entidade sindical, resultaram da iniciativa de profissionais de enfermagem que trabalhavam nas companhias de navegação, associadas ao Sindicato da Marinha Mercante. Em 1932, criaram o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres, recebendo a carta sindical em 1933. Este documento dava respaldo oficial para aquele sindicato representar enfermeiros diplomados e não diplomados⁶; entretanto, os primeiros não reconheciam a legitimidade dessa entidade (Gomes, 1999).

Em 1940, no bojo da estruturação sindical levada a efeito no governo Vargas⁷, os enfermeiros foram classificados como profissionais liberais⁸, tendo a possibilidade de formar sindicatos próprios. Entretanto, àquela época, não houve iniciativa neste sentido por parte dos enfermeiros formados pelas escolas oficiais.

Em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres passou a ser designado como Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, congregando todos os trabalhadores de enfermagem. Na ocasião, esse sindicato solicitou ao Ministério do Trabalho a retirada dos enfermeiros do quadro de profissionais liberais, no que foi atendido. Desde então, as enfermeiras diplomadas manifestaram grande resistência e exerceram grande pressão para alterar a designação do sindicato (Comino, 1993, p. 2). A ABEn, em 1952, orientou suas ações no sentido da inclusão dos enfermeiros na Confederação Nacional dos Profissionais Liberais.

A luta pelo reenquadramento dos enfermeiros como profissionais liberais foi constante, tendo sido restabelecida esta condição em 1962⁹. Como resultado, no mesmo ano, foi criada a Associação dos Enfermeiros Profissionais Liberais do Estado da Bahia, seguida, em 1963, pelos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Ceará. Essas entidades não chegaram a funcionar, pois, em 1964, a ABEn recomendou a paralisação do processo de criação dessas entidades pré-

sindicais, alegando que os enfermeiros ainda não constavam no Quadro de Atividades e Profissões da CLT como profissão liberal¹⁰.

É interessante ressaltar que esse momento coincidiu com a instalação da ditadura militar no país, a qual exerceu forte repressão ao movimento reivindicatório dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Contraditoriamente, em 1970, um dos períodos de maior repressão social da vigência do governo militar, no 22º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado, em 1970, na cidade de São Paulo, foi recomendado aos enfermeiros a retomada do pleito de criação das Associações Profissionais.

Assim é que a primeira dessas organizações oficialmente instituída pelo Ministério do Trabalho foi a Associação Profissional dos Enfermeiros do Estado da Guanabara¹¹, em 1972, iniciando-se o processo para fundação dos sindicatos próprios da categoria. O processo de transformação dessa Associação Profissional em Sindicato durou cinco anos, sendo outorgada a Carta Sindical ao Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro em 1977¹²

A criação dos sindicatos dos enfermeiros, em sua fase inicial, parece não ter sido orientada no sentido dos mesmos se constituírem em órgãos de luta da categoria, enquanto integrante da classe trabalhadora. Derivamos essa inferência da declaração de uma das entrevistadas:

“criar o sindicato era muito até para ter o “status” de profissional liberal, de ter conquistas salariais... Mas eu tenho a impressão de que, naquele momento, os enfermeiros não tinham a idéia do que significava a criação do sindicato de fato e seus engajamentos na luta dos trabalhadores em geral... Isso foram aprender mais tarde” (Dep. 2, Peru).

Na década de 80, foram criados seis sindicatos e hoje existem 16 sindicatos de enfermeiros no Brasil.

Sob o ponto de vista histórico, a luta pela ampliação da democracia marcou a organização e luta dos trabalhadores em geral e da enfermagem em particular. A literatura sobre o assunto indica reiteradamente que a conjuntura econômica do período ditatorial intensificou a exploração dos trabalhadores de diferen-

tes áreas, propiciando insatisfação e condições para reflexão e tomada de consciência de problemas na remuneração, entre outros direitos, com reflexos na qualidade de vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, no Brasil, as enfermeiras passaram a defrontar-se mais concretamente com conflitos e contradições presentes no mundo do trabalho, o que as levou a incorporarem a resistência no âmbito do movimento sindical. O sindicalismo, entre os profissionais de enfermagem, desenvolveu-se, em articulação com o movimento geral dos trabalhadores e da saúde em particular, em um processo político de lutas contínuas por melhores condições de trabalho.

Cabe dizer que os sindicatos de enfermeiros foram criados vinculados à Confederação Nacional dos Profissionais Liberais. Contudo, convém destacar que, apesar deste vínculo, o exercício liberal da enfermagem no Brasil é praticamente inexistente, provavelmente pela característica do trabalho de enfermagem; assalariado e parcelar (Baptista, 1997, p. 142).

A *Federação Nacional dos Enfermeiros* foi criada em 1987, quando já existiam no Brasil sete sindicatos, condição necessária por força da lei para a criação de uma federação. A entidade nasceu da necessidade sentida pela categoria em unificar e centralizar nacionalmente suas lutas.

Outra aspiração das enfermeiras presente desde a realização do 1º Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1947¹³, era a de ter um órgão que disciplinasse e fiscalizasse o exercício profissional. O projeto de lei para a criação dos Conselhos começou a tramitar em 1960 e a Comissão de Legislação da ABEn acompanhou todo o processo (Carvalho, 1976, p. 290).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN) foram criados pela Lei 5905, de 1973. A partir de então enfermeiros, técnicos e auxiliares têm que obter o registro, o qual permite o exercício profissional.

- Caso Peru

As raízes dos movimentos associativos da enfermagem peruana encontram-se nas associações de

ex-alunas das escolas de enfermagem do Setor de Beneficência Pública de Lima e Callao e do Setor Saúde. A primeira delas foi a Asociación de Enfermeras Egresadas de la Escuela Nacional Hospital Arzobispo Loyaza, criada em 1945, tendo seu estatuto sido oficializado em 1947. Dentre seus fins temos: contribuir para o melhoramento ético e profissional de todas suas associadas; aprofundar os conhecimentos da profissão, em benefício dos pacientes; defender seus direitos e conflitos profissionais; cooperar com as instituições similares nacionais e estrangeiras.

A enfermeira Fabiola Tavera, primeira presidente dessa entidade, declara que a sede da Associação seria na própria escola. A Diretora, à época Sor Martha Moren, cedeu uma sala e um local para realização de assembléias, dando todas as facilidades para seu funcionamento. Essa Associação, ao longo dos anos, procurou manter unidas as ex-alunas, apoiando a escola em várias dificuldades. Como exemplo das atividades dessa entidade, destaca-se, na década de 70, a luta contra o fechamento da escola para transformá-la em Maternidade do Ministério da Saúde¹⁴, e a transferência das alunas para a escola do Hospital Daniel Alcides Carrión de Bellavista Callao.

"(...) tomaram a escola, colocaram correntes nas portas, derrubaram as paredes que estavam em construção (com 2 metros de altura) (...) Esta luta foi coroada de êxito, pois através do documento de doação, onde existia uma cláusula que o doador Don Victor Larco Herrera, dizia que o terreno seria para a construção da escola de enfermeiras e caso esta propriedade fosse utilizada para outro fim reverteria a seus herdeiros. (...) Então a Associação, nessa época com a Enfermeira Elia Solano Hidalgo como presidenta, conseguiu a assinatura de cinco herdeiros em uma carta aberta para o Congresso e para o Sr. Urteiga. Esse foi o argumento decisivo para que a escola continuasse existindo".

Outra entidade de classe das enfermeiras peruanas é a Asociación Nacional de Enfermeras Católicas, fundada em 1950 e reconhecida oficialmente em 20

de março de 1953 como Asociación Nacional de Enfermeras.¹⁵ Essa entidade exercia ações associativas, atividades culturais, científicas e de recreação. À época do seu reconhecimento, o Ministério do Trabalho retirou o termo católico, uma vez que, como entidade nacional, deveria congregiar enfermeiros de todos os credos religiosos.

Desde sua origem, essa entidade realizou várias jornadas de enfermagem, com o propósito de aprimorar a qualidade da assistência proporcionada aos pacientes, assim como a qualificação profissional. Realizou, no ano 1958, o primeiro Congresso Nacional de Enfermagem e, no mesmo ano, publicou sua primeira Revista, designada como "Vocero". Essa associação filiou-se ao Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médicos Sociais (CICEAMS) (Revista ANEP, ano 5, v. 4, 1955).

No desenvolvimento das organizações, nasce outra associação com o nome de Asociación Mixta de Enfermeros no Hospital Larco Herrera que se transformou na Liga Nacional de Enfermeros e se afiliou ao Comitê Internacional de Enfermeiras (CIE).

Em 1963, surge a Federación Peruana de Profesionales de Enfermería; quando, em virtude de mudança na legislação vigente, a Asociación Nacional de Enfermeros foi impedida de exercer atividades associativas, restringindo suas ações às atividades culturais, científicas e de recreação.

Nessa ocasião, as enfermeiras peruanas decidiram unir esforços em uma organização que reunisse todos os enfermeiros docentes e assistenciais, tal como nos refere uma entrevistada:

"o importante foi que nós queríamos que houvesse uma associação que agrupasse todos os profissionais de enfermagem e que defendesse seus direitos; desta maneira nos reunimos as presidentas das associações para criar a Federação" (Dep.7, Peru).

Segundo o Estatuto da Federação (1963), o antecedente dessa entidade data de maio de 1958, quando, reunidas em assembléia extraordinária, as Juntas Diretivas em pleno da Asociación Peruana de Enfermeros, Asociación Nacional de Enfermeros e Liga Nacional de

enfermeiras definiram por unanimidade constituir a Federación Peruana de Profesionales de Enfermería.

As Associações davam suporte à Federação até o nascimento dos sindicatos, na década de 80, sendo na atualidade a organização central que agrupa os sindicatos.

No ano 1985, foi criado o Sindicato de Enfermeiros do Ministério da Saúde. Em 1987, a Associação Nacional de Enfermeiras e Enfermeiros do Instituto Peruano da Previdência Social (1977) muda de denominação para Sindicato Nacional de Enfermeiros do Instituto Peruano da Previdência Social. Em 1987, ambas reúnem o maior número de enfermeiros.

A Federação, desde os primeiros anos de sua fundação até a criação do Colégio de Enfermeiros, no ano 1978, realizou os Congressos Nacionais de Enfermeros, que permitiram intercâmbio tanto de conhecimento como de idéias para um melhor desenvolvimento dos profissionais enfermeiros.

Na década de 80, ao contrário das expectativas da sociedade de que a democracia seria portadora de melhores condições de trabalho para a classe trabalhadora, o governo eleito democraticamente pelo povo atropelou uma série de direitos. A frustração e insatisfação levaram os diferentes sindicatos de trabalhadores à mobilização.

Nesse contexto, a Federação de Enfermeiros assumiu função muito importante no que se refere à defesa dos direitos da categoria, particularmente quando se considera a tendência a desconhecer o trabalho realizado pelos profissionais da enfermagem, no que diz respeito à atenção do paciente, tentando rebaixar o nível de início da carreira administrativa pública, direito reconhecido na Lei dos Profissionais da Ciência da Saúde. Essa peculiaridade significou, para a categoria, diminuição do salário além do *status profesional*.

No ano de 1965, profissionais de enfermagem criaram a Asociación Nacional de Enfermeras Docentes para tratar de assuntos de interesse específico desse grupo. No ano seguinte, surge a Asociación Inter-Universitaria de Facultades e Escuelas de Enfermería (AIFEE), com o propósito de zelar pela

formação do enfermeiro no nível universitário e de contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos humanos. Essa entidade congregava os docentes das escolas universitárias e participou ativamente da luta empreendida pelos profissionais do ensino superior, no que se refere à modificação da Lei Universitária, no ano 1983.

Em 1987, surge a Asociación Peruana de Facultades y Escuelas de Enfermería (ASPEFEEN), incorporando docentes de escolas universitárias ou não, constituindo-se assim na entidade orientadora da educação de enfermagem no Peru.

O Colegio de Enfermeros del Perú foi criado e reconhecido mediante Decreto Lei 22615, no ano 1978. A criação do Conselho foi uma conquista das enfermeiras peruanas, uma vez que passaram a contar com uma organização dirigida para zelar pelo exercício profissional. Como entidade autônoma, o Colégio representa a profissão de enfermagem no plano nacional, com o propósito de promover o desenvolvimento cultural, científico, ético e o controle do exercício dos profissionais de enfermagem. O Regulamento refere que o registro é requisito indispensável para o exercício da profissão de enfermeiro, em instituições públicas, não públicas ou de forma independente. E, segundo os estatutos, essa entidade está impedida de exercer atividades de ação gremial.

Os órgãos de execução são o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais. O primeiro é integrado por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, dois vogais e um delegado de cada Conselho Regional.

Desde seus primórdios, o Colégio de Enfermeiros passou a realizar os congressos nacionais e internacionais da categoria, com a preocupação constante de promover a prestação dos serviços de enfermagem, relacionada aos sistemas de saúde vigentes em cada época. Pretende igualmente auxiliar no fortalecimento da função social do enfermeiro, assim como motivar a liderança individual e de grupo, promovendo a participação dos enfermeiros nos diferentes níveis decisórios do setor saúde.

Considerações finais

A partir do exposto, podemos verificar que, tanto no Brasil como no Peru, as entidades da categoria retratam o modelo organizativo corporativo. Esse modelo está relacionado ao controle do Estado. Esse ponto de vista é esclarecido na seguinte contribuição de Rodrigues (1990, p.54): "as associações de representação de interesses existem em virtude do reconhecimento que lhes é outorgado pelo Estado, que lhes fixa as modalidades de atuação e relacionamento mútuo, de modo que o funcionamento das "partes" e suas demandas excessivas sejam contidas e "harmoniosamente" integrados em benefício de todo o organismo".

A esse respeito, é importante ressaltar que o corporativismo pretende substituir a idéia de luta de classes pela de colaboração de classes e delas com o Estado. Embora reconheça a existência das diferentes classes sociais, procura meios para eliminar os conflitos das mesmas.

Para compreender essa tendência, lembramos que, no Brasil, os sindicatos de enfermeiros foram oriundos das Associações Profissionais. Para funcionar, os sindicatos precisavam do reconhecimento estatal, mediante obtenção da carta sindical, que lhe atribui, entre outras prerrogativas, a de defender os interesses da categoria.

No que diz respeito ao sistema de fiscalização do exercício profissional, este ficou vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. A única en-

tidade autônoma é a ABEn, pois seu funcionamento, sob o ponto de vista legal, não se encontra na dependência do poder estatal.

No Peru, a Federação é oriunda da Associação dos Enfermeiros e seu funcionamento mantém relações com o Ministério de Saúde Pública e Assistência Social.

Como conseqüência, temos que o Estado fornece aos membros das organizações uma conotação de indivisibilidade, legitimando sua dominação por meio de um corpo de prescrições que devem ser respeitadas.

Cabe registrar que, apesar de cada um dos países em estudo apresentar realidades peculiares, eles têm elementos comuns, que se refletem no trabalho da Enfermagem e, principalmente, nos desafios que essa categoria profissional vem enfrentando ao longo dos anos.

Internamente, no contexto da equipe de enfermagem, a divisão do trabalho, tanto no Brasil como no Peru, está estruturada, aparentemente, com base em argumentos de natureza científica e tecnológica; todavia, mais do que tudo, essa divisão atende a critérios de relações de poder e da separação entre trabalho intelectual e manual, bem ao gosto dos valores capitalistas para a organização do trabalho. Em outras palavras, no interior da enfermagem, a divisão técnica do trabalho dispõe e reforça a fragmentação de funções, tarefas e ações, levando à alienação do trabalhador, como convém à eficiência e produtividade, tal como definidas pelas propostas liberais dentro do processo de trabalho em saúde.

Nurses' class entities organization in Brazil and Peru: a historical perspective Abstract

This is a qualitative study of a historical and social character that aims to characterize comparatively the Brazilian and the Peruvian nursing class entities. The data collection was accomplished through a survey of written documents and interviews in an Oral History perspective, which turned possible the creation of documental sources. To analyze and to discuss the data, the work of Brazilian researchers that studied the theme, such as Silva (1989), Melo (1986), Almeida (1986), Baptista (1997) and Gomes (1999) were used. The findings show that, in spite of the peculiar realities of each

country in study, they have common elements, that reflect in the Nursing work and mainly, in the challenges which this professional category has been facing in the construction of its history.

Keywords: History of nursing – Professional review organization - Brazil / Peru - Comparative study

Organización de las enfermeras en entidades de clase en Brasil y Perú: una perspectiva histórica

Resumen

Es un estudio cualitativo de carácter histórico y social que tiene el objetivo de caracterizar de modo comparativo las entidades de clase de la enfermería brasileña y peruana. La recolección de datos fue realizada a través de una búsqueda de datos documentales y entrevistas en la perspectiva de la Historia Oral, que posibilitó la creación de fuentes documentales. Para analizar y discutir los datos, fueron utilizados trabajos de investigadoras brasileñas que estudiaban la temática como las de Silva (1986), Melo (1986), Almeida (1986), Baptista (1997) y Gomes (1999). Los resultados muestran que además de las realidades específicas de cada país en estudio, ellos tienen elementos comunes que se reflejan en el trabajo de la Enfermería y, principalmente, en los desafíos que esa categoría profesional tiene enfrentado en la construcción de su historia.

Palabras claves: Historia de la enfermería – Organizaciones de normalización profesional – Estudio comparativo - Brasil / Perú

Referências bibliográficas

- ALBERTI Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1990.
- ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; ROCHA, Juan S.Y. O saber de enfermagem e sua dimensão prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAPTISTA, Suely de S; BARREIRA, Ieda de Alencar. A luta da enfermagem por um espaço na universidade. Rio de Janeiro: Ed. Anna Nery/UFRJ, 1997.
- BEREDAY, George F. Método comparado em educação. São Paulo: Nacional, Ed. da USP, 1972.
- CARVALHO, Anayde Corrêa de. Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976: documentário. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976.
- COLEGIO DE ENFERMEROS DEL PERÚ. Estatuto y Reglamento. Perú: Servicios Gráficos Profesionales, 1993.
- COMINO, Liany Bonília da S. Associação Profissional: o empreendimento sindical das enfermeiras cariocas. Rio de Janeiro. UFRJ/EEAN, 1993. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FEDERACIÓN PERUANA DE PROFESIONALES DE ENFERMERÍA. Estatuto. Lima, Peru, 1963.
- FRANCO, Ciavatta Maria. Estudos comparados e educação na América Latina. São Paulo: Cortez, 1992.

- GOMES, Maria da Luz; BAPTISTA, Suely de Souza; SILVA, Ilda C.M. da. A luta pela politização das enfermeiras: sindicalismo no Rio de Janeiro: 1978-1984. Rio de Janeiro: Ed. Anna Nery/UFRJ, 1999.
- MELO, Cristina. Divisão social do trabalho. São Paulo: Cortez, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: São Paulo. HUCITEC/ABRASCO. 1994.
- REVISTA DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE ENFERMERAS DEL PERU, Lima: ano 5, v. 4, 1955
- RODRIGUEZ, Leôncio Martins. CUT os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SILVA, Graciete Borges da. Enfermagem profissional: análise crítica. São Paulo: Cortez, 1989.

Notas

- ¹ Núcleo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ
- ² Atendentes - pessoas sem formação específica; esta denominação inclui dentre outras: auxiliar operacional de serviços diversos, visitador sanitário, agente de saúde, criadas aleatoriamente em várias partes do país.
- ³ Artesãos - pessoas sem qualificação profissional que exercem atividades de enfermagem nos serviços público e privado.
- ⁴ Atual Escola de Enfermeiras Anna Nery/UFRJ, fundada em 1923, no Rio de Janeiro, foi a primeira escola a adotar o modelo anglo-americano de ensino de enfermagem.
- ⁵ A primeira revista foi intitulada Anais de Enfermagem.
- ⁶ Enfermeiros diplomados, aqueles formados em escolas oficiais, e não diplomados – exercentes da enfermagem que, através do Decreto 23774/33, foram chamados de enfermeiros práticos.
- ⁷ Em 1930, por um golpe militar, Getúlio Vargas torna-se Presidente da República governando até 1945; nesse período, se deu outro golpe militar, em 1937, sendo instalada uma ditadura, o denominado Estado Novo, que termina em 1945 com a forçada renúncia de Vargas. A política sindical levada a efeito nesse período teve caráter controlador e desmobilizador, buscando substituir a idéia da luta de classe pela colaboração entre classe. Especialmente na época da ditadura, a política trabalhista esteve voltada para a criação de imagem de Vargas como protetor dos pobres. Getúlio Vargas voltou ao poder, em 1951, pelo voto direto. Sobre o governo Vargas, ver dentre outros: Antunes (1990) e Fausto (1996).
- ⁸ Profissão que exigia diplomas de nível superior.
- ⁹ Portaria nº 94, de 27 de março de 1962, que fazia o enquadramento sindical dos enfermeiros como profissão liberal permitindo a vinculação das entidades sindicais à Confederação Nacional dos Profissionais Liberais.
- ¹⁰ A Comissão Sindical do Ministério do Trabalho continuou sem reconhecer os enfermeiros como profissão liberal; também não houve a inclusão da profissão no anexo da CLT.
- ¹¹ O Ministério do Trabalho registrou a entidade como Associação dos Enfermeiros Liberais do Estado da Guanabara.
- ¹² Hoje Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, segundo sindicato a ser fundado no Brasil. O primeiro a receber a Carta Sindical foi o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, em 1976.
- ¹³ Na ocasião, a ABEEn recomendou a criação dos Conselhos de Enfermagem.
- ¹⁴ O Hospital Arcebispo Loyaza era da Sociedade da Beneficência Pública e estava sendo negociada sua transferência para o Ministério da Saúde no bojo das reformas administrativas realizada pelo governo militar, sendo presidente da Beneficência o Sr. Urtiega.
- ¹⁵ Resolução Suprema TR.N.º 42 -“SP”, emitida pelo Ministério da Saúde e Resolução Ministerial N.º 472 – D.T, do Ministério do Trabalho.

Sobre as autoras

Maritza Consuelo Ortiz Sanchez

Mestranda da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro-EEAN/UFRJ- Brasil.
Enfermeira do Ministério da Saúde de Iquitos/Peru.

Maria da Luz Barbosa Gomes

Doutora em Enfermagem. Professor Adjunto do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ.
Pesquisadora do Nuphebras.

Suely de Souza Baptista

Doutora em Enfermagem. Professor Titular do Departamento de Enfermagem Fundamental da EEAN/UFRJ.
Pesquisadora do CNPq e do Nuphebras